

BREVE NOTA SOBRE PATRIMÔNIO

O nome “patrimônio” designa originalmente a herança transmitida por via paterna, em sociedades estruturadas com base em patrilineagens, como era primitivamente o caso da romana, de cuja língua nos veio esse nome. Mesmo onde a regra de transmissão de bens de uma geração a outra se alterou deixando essa linha de ser prevalente, o termo manteve sua voga. Ao cabo, passou a designar a fortuna total de uma pessoa ou grupo, sem necessária referência à origem, sem cingir-se ao acervo procedente de transmissão hereditária. Já quando se fala em patrimônio cultural ou histórico, volve à tona a ideia de herança, como bem indica a expressão inglesa “cultural heritage”, por exemplo. Mas dá-se neste caso uma transformação digna de nota. Onde o patrimônio cultural é assumido e institucionalizado, ele se subordina ao interesse público. Estriba-se em um tipo de valor cuja atribuição pode tirar do circuito das transações econômicas o objeto sobre o qual incide. Mesmo que não afete a propriedade do bem, a redefinição que assim se lhe aplica altera e limita seu uso assim como sua disponibilidade para o mercado. A imposição de um significado capaz de produzir esse efeito tem impactos sérios em sociedades como a nossa, em que tudo tende a tornar-se mercadoria.

O tipo de patrimônio cultural que primeiro recebeu atenção dos governos foi sem dúvida o constituído por monumentos edificados e conjuntos dessa ordem. Logo depois paisagens foram assim valorizadas. Por último foram incluídos elementos de diferentes setores da produção simbólica que correspondem a processos criativos mais que a construtos. Os acervos e processos que recebem proteção a esse título são pensados como dignos de preservação por qualidades intrínsecas que lhes são reconhecidas e por se relacionarem de forma eminente à memória social. Dá-se que a memória social é disputada na arena política. Grupos dominantes tendem a monopolizar a definição do memorável e não é sem disputa que se amplia o raio dessa consideração. No Brasil, foi apenas na penúltima década do século passado que passaram a ser objeto de registro nos livros de tombamento do IPHAN como patrimônio nacional monumentos considerados muito importantes para uma parcela significativa da população. Foi pioneiro um templo religioso negro: o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, com uma rica história. Mas houve resistência, vencida a custo de muitos esforços: os opositores alegavam que o templo afro-brasileiro considerado um dos mais antigos, matriz de inúmeros outros e reconhecidamente ligado por suas origens a importantes centros de uma notável civilização africana não tinha valor histórico. Entre outros efeitos positivos da medida avulta a revelação de um viés etnocêntrico e elitista que viciava a política de preservação cultural antes em vigor. Outros avanços foram feitos com a decisão de estender ao impropriamente chamado “patrimônio imaterial” o esforço de preservação. Todavia novos problemas surgiram recentemente em nosso país, com o rebaixamento dos órgãos de cultura e o desprezo por este campo de operação das políticas públicas. A riqueza dos acervos arquitetônicos, arqueológicos, e paisagísticos do Brasil, a grandeza e o número avultado de monumentos que refletem a dinâmica de sua história, assim como das práticas que testemunham a criatividade de seu povo, conformando um rico tesouro, colocam um sério desafio que só pode ser enfrentado com resolute empenho e trabalho técnico apurado, combinando esforços de peritos em diferentes áreas de

conhecimento. É lamentável verificar que no momento os órgãos de preservação cultural são aqui maltratados, tecnicamente degradados e desconsiderados. Importa lutar para que esta situação de calamidade seja superada.

Ordep Serra